

Inserção social da pós-graduação brasileira: estudo de mestrados profissionais da área de Planejamento Urbano e Regional

Social insertion of Brazilian graduate education: a study of professional master programs in the field of Urban and Regional Planning

Inserción social del posgrado Brasileño: estudio de másteres profesionales del área de Planificación Urbana y Regional

Mariana Monteiro Pessôa, mestre em Planejamento Regional e Gestão de Cidades pela Universidade Candido Mendes (Ucam), Campos dos Goytacazes. Bibliotecária do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense (IF Fluminense). E-mail: maia-pessoa@uol.com.br.

Rosélia Piquet, doutora em Teoria Econômica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Coordenadora do Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (Ucam), Campos dos Goytacazes. E-mail: ropiquet@terra.com.br.

Rodrigo Machado Vilani, doutor em Meio Ambiente pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor adjunto A da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e Professor do Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades da Universidade Candido Mendes (Ucam), Campos dos Goytacazes. E-mail: r_vilani@yahoo.com.br.

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo avaliar a inserção social de programas profissionais da área de Planejamento Urbano e Regional. A discussão vai ao encontro das preocupações com a contribuição da atividade acadêmica para o aprimoramento da gestão pública e das demandas da sociedade brasileira. A análise privilegiou a inserção social dos programas entre os critérios de avaliação adotados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Optou-se por uma metodologia quali-quantitativa, pautada na pesquisa bibliográfica e documental e na leitura técnica da produção científica (dissertação) dos programas selecionados. Esta pesquisa se propôs a verificar se as dissertações produzidas pelos programas de mestrado profissional analisados contribuem para o conhecimento das regiões em que se localizam, tornando-se, assim, recursos da ciência e do conhecimento para o aprimoramento da gestão pública e para a redução da dívida social. Concluiu-se pela aderência das dissertações defendidas e pelo fortalecimento das ações da Capes na exigência da inserção social como balizador das pesquisas e intervenções técnico-científicas.

Palavras-chave: Inserção Social. Mestrados Profissionais. Planejamento Urbano e Regional. Capes. Produção Científica.

Abstract

The main purpose of this work is to evaluate the social insertion of professional programs in the field of Urban and Regional Planning. The discussion investigates concerns about the contributions of academic activity for improving public management and meeting the demands of Brazilian society. The authors' intention was to analyze the social insertion of the programs with respect to the evaluation criteria adopted by the Brazilian Federal Agency for Support and Evaluation of Graduate Education (CAPES). The methodology used was quali-quantitative, based on bibliographic and documental research and on the technical reading of the scientific production (dissertations) of the selected programs.

The purpose of this research was to verify if the dissertations produced by the selected professional master's degree programs contribute to the understanding of the regions in which they are situated, thereby turning themselves into resources of science and knowledge to improve public management and to reduce social injustice. The inferences drawn support the value of the defended dissertations and of strengthening the actions of the CAPES with respect to requiring social insertion as a delimiter for research and technical-scientific interventions.

Keywords: Social Insertion. Professional Masters Programs. Urban and Regional Planning. Capes. Scientific Production.

Resumen

Este estudio tiene como objetivo evaluar la inserción social de programas profesionales relacionados con el área de Planificación Urbana y Regional. La discusión permite abordar las preocupaciones frente a la contribución de la actividad académica para el perfeccionamiento de la gestión pública y de las demandas de la sociedad brasileña. El análisis ha privilegiado la inserción social de los programas entre los criterios de evaluación adoptados por la Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Se ha elegido una metodología cuali-cuantitativa, basada en el estudio bibliográfico y documental y en la lectura técnica de la producción científica (dissertaciones) de los programas seleccionados. El objeto de esta investigación fue verificar si las disertaciones producidas por los másteres profesionales analizados contribuyen al conocimiento de las regiones donde se encuentran, transformándose en recursos de la ciencia y del conocimiento para el perfeccionamiento de la gestión pública e para la reducción de la deuda social. Se ha concluido por la adherencia de las disertaciones defendidas y por el fortalecimiento de las acciones de la CAPES en la exigencia de la inserción social como balizador de las investigaciones e intervenciones técnico-científicas.

Palabras clave: Inserción Social. Másteres Profesionales. Planificación Urbana y Regional. Capes. Producción Científica.

Introdução

Atualmente, no Brasil, segundo dados disponíveis no sítio eletrônico da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), são oferecidos – e reconhecidos pela agência – 5.689 cursos de pós-graduação, distribuídos em todas as 49 áreas de avaliação. Desse total, cerca de 10%, ou 579, são cursos de mestrado profissional. A área de Planejamento Urbano e Regional, por sua vez, possui 53 cursos de pós-graduação, distribuídos em: 29 mestrados, 14 doutorados e 10 mestrados profissionais (CAPES, 2014).

Fato é que a pós-graduação brasileira tem se expandido nos últimos anos, apesar da existência de assimetrias regionais, ilustradas pela concentração de programas nas regiões Sul e Sudeste. Em meio a esse processo quantitativo, é preciso perquirir o aprimoramento qualitativo dos cursos e, em particular, sua contribuição para a sociedade de maneira geral. Sob esta perspectiva, é criado, pela Capes, o indicador de inserção social para a avaliação dos cursos de pós-graduação do País.

Diante do grande número de cursos e das especificidades de cada área, o presente trabalho tem por foco os programas de mestrado profissional da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (PUR/D). Isso porque os mestrados profissionais se caracterizaram como um importante instrumento “na construção de um futuro socialmente mais justo e territorialmente menos desigual”, na medida em que podem promover “estudos, pesquisas e debates, entre especialistas e atores políticos”, com esse fim (PIQUET; VILANI, 2013, p. 105).

Vale ressaltar que, por não se constituir “em campo de conhecimento específico, mas sim em área de aplicação de conhecimento”, a modalidade profissional de mestrado se mostra ainda mais relevante na área do Planejamento Urbano e Regional. E, cada vez mais, seus cursos têm se voltado “à prática profissional e não à reprodução da estrutura acadêmica”, na medida em que neles “atuam profissionais com as mais diversas formações acadêmicas” (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 35-36).

No documento da área PUR/D – triênio 2010-2012 –, pode-se verificar que o quesito “inserção social” possui peso de 10% para os programas acadêmicos e de 20% para os mestrados profissionais. A natureza desses programas justifica essa proporção diferenciada, como será analisado na próxima seção. Importa esclarecer que o quesito “Inserção social” contém diferentes itens de avaliação. Desses itens, foi privilegiado o “Impacto do programa”, especificamente, na dimensão “Inserção social”, que trata da

formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade civil que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento (CAPES, 2013, p. 49).

Dessa forma, o presente trabalho visa verificar a aderência dos mestrados profissionais selecionados, por meio das dissertações produzidas, aos critérios de inserção social estabelecidos pela Capes.

A pesquisa foi desenvolvida a partir da seleção de quatro programas de mestrado profissional da área de Planejamento Urbano e Regional relacionados a seguir: Planejamento Regional e Gestão de Cidades, da Universidade Candido Mendes (Ucam), no estado do Rio de Janeiro; Desenvolvimento Regional, da Faculdade Alves Faria (Alfa), no estado de Goiás; Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental, da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), no estado de Santa Catarina; e Planejamento Ambiental, da Universidade Católica do Salvador (UCSal), no estado da Bahia. A seleção proposta deve-se ao tempo de existência dos programas e ao número de dissertações neles produzidas.

As dissertações foram analisadas tecnicamente, conforme metodologia de Cruz, Mendes e Weitzel (2009), e classificadas a partir das informações contidas em seus títulos e, sobretudo, em seus resumos – que apresentam, de forma mais direta, seus objetivos. A seguir, os dados levantados foram sintetizados em um quadro (um para cada curso analisado), que apresenta uma compilação dos temas abordados nas dissertações defendidas até dezembro de 2012. E, por meio das

informações – objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular – contidas nos *sites* dos programas selecionados que permitem conhecer cada um deles e compreender a forma como foram estruturados e desenvolvidos, foi possível avaliar se as dissertações elaboradas se harmonizam com as características e os objetivos desses programas.

Elaborou-se também um perfil socioeconômico das regiões onde os programas estão inseridos, com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de forma que determine a aproximação ou o afastamento dessa produção em relação à realidade regional.

Mestrado profissional e inserção social

A elaboração, na década de 1950, de um sistema de pós-graduação era importante e necessária, na medida em que iria “reaparelhar o Estado” – “que atravessava então profundas alterações em seu sistema produtivo e em sua estrutura social” –, fornecendo “uma diversidade de órgãos e instrumentos que regulassem e permitissem a intervenção nos diferentes aspectos da vida nacional” e corrigindo suas “deficiências qualitativas e quantitativas na formação de quadros superiores” (PIQUET; LEAL; TERRA, 2005, p. 31).

Nesse contexto, os programas de mestrado profissional, assim como os programas de mestrado acadêmico, foram idealizados por meio do Decreto n° 29.741, de 11 de julho de 1951, da Presidência da República, que tinha a finalidade de constituir uma comissão para promover a então Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CÓRDOVA, 1996, p. 9). A Capes foi estruturada a partir de dois programas: o Programa Universitário (PgU) e o Programa dos Quadros Técnicos e Científicos (PQTC). Ainda de acordo com o autor, o PgU esperava “acudir e auxiliar o desenvolvimento das universidades e institutos de ensino superior”, e o PQTC “atender à demanda de pessoal de nível superior por parte dos meios profissionais e culturais do país” (p. 13). Assim, a Capes alcança dois objetivos, “o primeiro para nosso desenvolvimento econômico, o segundo para o desenvolvimento social” (RIBEIRO, 2005, p. 9).

Porém, somente a partir da década de 1990, em razão das transformações econômicas decorrentes da abertura do mercado brasileiro e das modificações da cadeia produtiva, em diversos setores, a demanda por profissionais com competências distintas das adquiridas por meio dos tradicionais programas de pós-graduação acadêmicos fez com que a Capes avançasse com as políticas de formação de pessoal com caráter profissionalizante. Assim, surge:

A necessidade de um novo modelo de curso de pós-graduação para atender a demanda do país de profissionais que tivessem conhecimento da realidade nacional através da pesquisa e que os conhecimentos gerados tivessem aplicabilidade gerou a proposta dos mestrados profissionais (NEGRET, 2008, p. 224).

Nesse contexto, tem-se a promulgação da Portaria n° 47, de 17 de outubro de 1995, que determina a implantação, pela Capes, “de procedimentos apropriados à recomendação, acompanhamento e avaliação de cursos de mestrado dirigidos à formação profissional” (CAPES, 1995). Posteriormente, por meio da Portaria n° 80, de 16 de dezembro de 1998, dar-se-ia, no âmbito normativo, o reconhecimento dos mestrados profissionais. Os objetivos dos mestrados profissionais, definidos no art. 4° da Portaria n° 17/2009, podem ser assim sintetizados: I) capacitação profissional voltada para “demandas sociais, organizacionais ou profissionais e do mercado de trabalho”; II) transferência de conhecimento em razão de “demandas específicas e de arranjos produtivos com vistas ao desenvolvimento nacional, regional ou local”; III) aumento da “eficácia e [d]a eficiência das organizações públicas e privadas por meio da solução de problemas e geração e aplicação de processos de inovação apropriados”; e IV) “[agregação de] competitividade e [aumento da] a produtividade em empresas, organizações públicas e privadas” (BRASIL, 2009).

Negret, Nunes e Bontempo (2012) destacam que as portarias mencionadas “definem as características, objetivos e princípios dos mestrados profissionais” (p. 14). Os autores enfatizam que a informação científica produzida por esses programas “deve estar orientada para a aplicabilidade, e esta demanda dos alunos e professores uma inserção social e profissional que permita que os resultados sejam aplicados na realidade pesquisada” (2012, p. 17).

Na mesma linha de entendimento, deve-se concordar em que a utilização da inserção social como quesito de avaliação demonstra o “reconhecimento oficial pela Capes de que a pós-graduação tem uma responsabilidade social e que a ciência deve ter como alvo do seu desenvolvimento a melhoria das condições de vida” (BOUFLEUER, 2009, p. 372). Mello, Almeida Filho e Ribeiro (2013, p. 5) enfatizam que a inserção social envolve uma “extensão macro, isto é, não uma plêiade de pequenas ações sem nexos, mas ações de inserção ou impacto social que obedecem a uma estratégia e afetam globalmente o campo de ação conexo àquela área de conhecimento”. Na mesma linha, Negret, Nunes e Bontempo (2012) abordam a necessidade de pesquisas aplicadas, cujos objetos devem estar harmonizados com as demandas locais e regionais, visando superar os principais problemas regionais onde estão inseridos os programas. Dessa forma, contribui-se para a efetivação de projetos de desenvolvimento, atendendo às especificidades de cada território e sociedade (RATTNER, 2003; COELHO; FAVARETO, 2008).

Nesse sentido, ao enfatizar o quesito da inserção social, a Capes promove, junto aos programas de pós-graduação, uma “política de incentivo ou de indução [...] para] que a sua dinâmica de produção do conhecimento e de formação de quadros se articule com a dinâmica social, alcançando-a de modo mais direto e imediato” (BOUFLEUER, 2009, p. 378). Sob essa ótica, produção científica, neste trabalho, representa a produção realizada no âmbito dos mestrados estudados, segundo os preceitos da qualificação profissional e da inserção social centrados na temática urbana e regional, analisada de acordo com as especificidades de cada região.

No âmbito da pesquisa realizada, as dissertações defendidas nos programas selecionados compõem o quadro de produção científica analisado para avaliar os pontos de aproximação e de afastamento entre tais mestrados e a política de inserção social promovida pela Capes. De forma a subsidiar a análise proposta, na próxima seção é identificado, ainda que sucintamente, o panorama da área de PUR no Brasil, para, por fim, apresentar, os programas selecionados e as regiões em que estão inseridos.

Análise dos mestrados profissionais selecionados da área PUR/D

O debate urbano-regional brasileiro da atualidade indica que a tradicional escala macrorregional, das cinco grandes regiões, perdeu sentido analítico (BRANDÃO, 2007) e que questionar os interesses constituídos nos mais de 5 mil municípios do país, distribuídos numa grande variedade de contextos regionais, é, sem dúvida, tarefa que se torna premente, particularmente diante da necessidade de maior participação do Estado no planejamento de ações indutoras de desenvolvimento (VAINER, 2007). Estudar o papel exercido pelo capital imobiliário e industrial, pelo agronegócio, pelo empreiteiro de obras públicas, pelas práticas clientelísticas, assim como as estruturas locais de dominação nas diversas regiões tornou-se um desafio, pois “nunca as diversidades produtivas, sociais, culturais, espaciais (regionais, urbanas e rurais) foram usadas no sentido positivo. Foram tratadas sempre como desequilíbrios, assimetrias e problemas” (BRANDÃO, 2007, p. 205). O autor alerta-nos, assim, para a necessidade de que sejam reconhecidas as potencialidades existentes na diversidade, o que implica a articulação entre processos econômicos transescalares e a história, relativamente autônoma, de regiões e lugares.

Dessa forma, a carência de melhores e mais numerosas pesquisas sobre a diversidade regional e urbana brasileira passa a encontrar resposta na ampliação da oferta de cursos na área, em conexão, inclusive, com a nova distribuição espacial dos investimentos públicos e privados na escala do país. É no bojo dessas mudanças que a Capes, em 1998, propõe e regulamenta os mestrados profissionais, cursos voltados a formar pessoal para o mercado de trabalho, tendo como um dos requisitos básicos para o seu funcionamento a exigência de estabelecerem um relacionamento mais estreito com as carências e urgências das regiões em que se localizem. Na área de Planejamento Urbano e Regional, essa diretriz vem implicando a oferta de programas diversificados entre as instituições de ensino, que buscam atender às demandas regionais e locais de formação profissional e a ampliação de estudos e pesquisas voltados para as realidades econômicas e sociais locais.

A leitura de informações relativas aos cursos que hoje constituem a área de Planejamento Urbano e Regional e Demografia da Coordenação de Pessoal de Nível Superior indica um vertiginoso crescimento e a diversificação da oferta de cursos na área, notadamente a partir dos anos 2000. Enquanto entre 1980 e 2000 o total de programas na área perfazia apenas seis, hoje atinge o total de 53, e a maioria desses cursos localiza-se em cidades de porte médio no interior do país ou em metrópoles de segundo grau.

Novas instituições – como universidades particulares e fundacionais – passam a oferecer cursos *stricto sensu* e já igualam a oferta de cursos das universidades públicas. A estrutura acadêmica da área, que até o presente vem sendo primordialmente garantida por egressos de doutorados em áreas afins – como Economia, Sociologia, Geografia e outras –, apresenta a perspectiva de passar a ser sustentada pelos doutorados implantados nos principais centros de ensino e pesquisa da própria área, uma vez que se dispõe de 14 cursos desse nível no país.

Parte desses novos cursos implantados tem em seus títulos apenas o termo regional, abandonando a referência ao urbano, o que, provavelmente, corresponde ao reconhecimento dos desafios específicos das áreas não hegemônicas do país e, também, à nova dinâmica espacial da economia. Novos temas passam a fazer parte dos currículos regulares, como os relacionados ao meio ambiente, à biodiversidade, à questão energética e ao agronegócio.

O mestrado profissional (MP) em Planejamento Regional e Gestão de Cidades, oferecido pela Universidade Candido Mendes (Ucam), foi o primeiro programa dessa natureza da área de Planejamento Urbano e Regional criado no Brasil. Sendo de dependência administrativa particular e funcionando, regularmente, desde sua homologação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2001, recebeu, em 2007, “avaliação 4 da Capes, tornando-se o primeiro, entre os mestrados profissionais da área, com tal pontuação” (UCAM, 2013).

O mestrado profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades (PRGC) localiza-se no município de Campos dos Goytacazes,

região Norte Fluminense. O Norte Fluminense é constituído por outros oito municípios: Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco do Itabapoana e São João da Barra (CRUZ, 2012, p. 38). Campos dos Goytacazes é o maior município do Rio de Janeiro – com 4.026,696 quilômetros quadrados de área – e conta com 463.731 habitantes. Dos seus 463.731 habitantes, 96.780 possuem nível médio completo – o correspondente a 20,9% da população – e 31.658 possuem nível superior completo – o equivalente a 6,8% da população (CAMPOS, 2013; IBGE, 2010).

Campos dos Goytacazes, o grande polo da região Norte Fluminense até a década de 1980, caracterizou-se, do século XVIII até meados do século XX, como importante complexo agroindustrial de produção de cana, açúcar e álcool (CRUZ, 2012; PIQUET, 2004).

Em 1967, o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) estabelece um piso de produção de “200 mil sacos de açúcar para cada uma das usinas brasileiras”, fazendo com que inúmeras delas fossem desativadas no estado do Rio de Janeiro. Treze, das 27 usinas existentes no estado foram desativadas, “denotando que os empresários fluminenses já não acompanhavam o ritmo de modernização do setor” (PIQUET, 2004, p. 28).

Entre as décadas de 1970 e 1990, a região Norte Fluminense apresenta “queda dos índices de produtividade e alto grau de desemprego sazonal”, gerando um “processo de pauperização, desenraizamento e deslocamento do trabalhador rural para a periferia das cidades regionais” (PIQUET, 2004, p. 32).

Com a crise do petróleo, em 1973, o setor sucroalcooleiro é reestruturado, e empresários externos à região passam a adquirir as cotas de produção das usinas campistas, embora não aproveitem suas instalações industriais, já ultrapassadas tecnologicamente. E, assim, a região Norte Fluminense deixa de ser uma das principais produtoras do setor. “Toda a região teria entrado em um processo de involução e crise não fora um inesperado acontecimento: é descoberto petróleo na Bacia de Campos” (PIQUET, 2004, p. 28).

Em 1979, foi decidido que a base de operações (*off shore*) da empresa petrolífera seria montada em Macaé, que já dispunha de um pequeno porto em operação, além de estar 110 quilômetros mais próximo do porto do Rio de Janeiro. Assim, “Campos dos Goytacazes perde a corrida do petróleo e quem vai viver a ‘revolução industrial’ é o pacato balneário de Macaé”. E Macaé, que recebeu os “investimentos de capital fixo em instalações e equipamentos”, torna-se, por sua vez, o polo regional do complexo petrolífero (CRUZ, 2012, p. 38-39).

A descoberta de petróleo e gás na Bacia de Campos tornou a região Norte Fluminense a maior produtora de petróleo do país e, por meio do recebimento de *royalties* e de participações especiais, vem aumentando, significativamente, a receita de seus municípios, nos últimos anos. Essa hiperconcentração espacial das receitas deve-se ao determinismo físico que orientou a distribuição dos *royalties* no país (SERRA, 2007) até a revisão do marco regulatório, promovida após a descoberta do pré-sal e cuja definição ainda aguarda uma posição final do Supremo Tribunal Federal.

Em 2003, foi defendida a primeira dissertação do PRGC. O programa produziu em dez anos de funcionamento – de março de 2003 a dezembro de 2012 – um total de 125 dissertações. Além da produção das dissertações, o programa também contribui, desde 2003, com o desenvolvimento da área de Planejamento Urbano e Regional, por meio da publicação – trimestral e em versão exclusivamente eletrônica – do *Boletim Petróleo, Royalties e Região*. E, desde 2006, disponibiliza o banco de dados Inforoyalties, com indicadores sobre as questões das compensações financeiras aos *royalties* e às participações especiais. Vale ressaltar que o Inforoyalties é a primeira base de dados dessa natureza criada no país e que constitui um instrumento de democratização da informação.

O MP em Desenvolvimento Regional é oferecido pela Faculdade Alves Faria (Alfa), localizada no município de Goiânia, no Centro Goiano – região central do estado de Goiás, Centro-Oeste do país. Goiânia possui 732.802 quilômetros quadrados de área e é o mais populoso –

com 1.302.001 habitantes – município da região. Dos seus 1.302.001 habitantes, 353.371 possuem nível médio completo – o correspondente a 27,1% da população – e 177.697 possuem nível superior completo – o equivalente a 13,6% da população (GOIÂNIA, 2013; IBGE, 2010).

Com o objetivo de incentivar a ocupação de regiões pouco povoadas do interior, especialmente no Centro-Oeste e no Norte do país, o então Presidente da República Getúlio Vargas lançou, na década de 1940, o programa “Marcha para o Oeste”. “A necessidade de incorporar novas áreas para a produção agrícola e pecuária na divisão regional do trabalho que o processo de industrialização da região Sudeste demandava gerou a Marcha para o Oeste”, resultando na ocupação territorial dessa região (NEGRET, 2012, p. 113).

Uma série de programas de desenvolvimento regional com o objetivo de “promover a integração espacial do Centro-Oeste, através do fortalecimento econômico e social” foi proposta. E, por meio dos Planos Nacionais de Desenvolvimento – I PND (1970 a 1974) e II PND (1975 a 1979) –, os programas propostos para a região Centro-Oeste foram sendo implantados (HADDAD, 2011, p. 62).

Embora os estados do Centro-Oeste tenham se caracterizado pelo “fornecimento de produtos agropastoris, de modo especial cereais e carnes, para abastecimento da indústria de produtos alimentares e de núcleos urbanos de grande parte do país”, além de produzirem para exportação e contribuírem para a “melhoria no balanço de pagamentos” (ESTEVAM, 1997, p. 155), a atividade econômica predominante em Goiânia é a prestação de serviços, e não a produção agrícola (HADDAD, 2011, p. 102).

Porém, Goiânia abriga importantes empresas agroindustriais – Cooperativa Central de Laticínios de Goiás (Centroleite), Laticínios Itambé, Nestlé Brasil Ltda. e Unilever Best Foods Ltda. Pádua (2008, p. 81), que lista os principais empreendimentos do setor estabelecidos em Goiás, esclarece que essas empresas “estão localizadas em regiões com maior oferta de matéria-prima para o produto que a agroindústria industrializa, mão de obra e acesso a outros centros e mercado consumidor”. Por

fim, vale ressaltar que Goiânia e Brasília são as duas metrópoles do Centro-Oeste e apresentam a maior taxa de crescimento populacional entre todas as demais regiões metropolitanas do Brasil (HADDAD, 2011, p. 100).

O MP em Desenvolvimento Regional possui dependência administrativa particular e funciona, regularmente, desde sua homologação pelo CNE, em 2007, quando recebeu o conceito 3 da Capes. Tendo tido sua primeira dissertação defendida em 2009, o programa produziu, em quatro anos de funcionamento – de 2009 a dezembro de 2012 –, um total de 46 dissertações.

O MP em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental oferecido pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc) está localizado no município de Florianópolis. A capital do estado de Santa Catarina tem “sua economia alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços públicos, indústria de transformação e turismo” e “vem se firmando cada vez mais como centro de turismo” no país (PREFEITURA..., 2013). Florianópolis possui 675.409 quilômetros quadrados de área e 421.240 habitantes. Dos seus 421.240 habitantes, 127.752 possuem nível médio completo – o correspondente a 30,3% da população – e 90.436 possuem nível superior completo – o equivalente a 21,5% da população (FLORIANÓPOLIS, 2013; IBGE, 2010).

Santa Catarina abriga uma série de empresas exportadoras de grande porte. E conta ainda com uma rede portuária que atende, de forma eficiente, suas regiões industriais. De acordo com Rocha, Vidal e Guterres (2011, p. 59), as indústrias catarinenses “recorrem apenas excepcionalmente a portos de outros estados em suas operações de comércio internacional”. Fazem parte da rede portuária do estado o Porto de Imbituba, o Porto Itajaí/Navegantes e o Porto São Francisco do Sul.

O Porto de Imbituba raramente é utilizado pelas indústrias da região como uma alternativa exportadora. “O principal motivo alegado para isto é a falta de linhas internacionais que ali operam, ocasionando um relativo isolamento, associado ao fato de depender do trecho não duplicado da BR-101 (ainda em obras em 2010)” (ROCHA; VIDAL; GUTERRES, 2011, p. 61). O Porto Itajaí/Navegantes é “a principal via para

as exportações catarinenses, apresentando importante especialização para cargas frigorificadas e containerizadas, de maior valor agregado”, ressaltam os autores (p. 62). Localizado na foz do rio Itajaí-Açú, é um caso singular em que dois portos ocupam a mesma região portuária. A margem esquerda do rio é administrada por uma companhia privada – Porto de Navegantes –, e a margem direita é administrada pelo setor público – Porto Itajaí. Por fim, o Porto São Francisco do Sul “tem procurado diversificar suas atividades, fortemente centradas na exportação de soja e produtos industrializados do Nordeste Catarinense”. Ligado às “grandes regiões produtoras de soja do Mato Grosso do Sul e Noroeste do Paraná”, o panorama da região portuária é marcado pela “presença de grandes armazéns graneleiros e tanques para o armazenamento do óleo vegetal” (ROCHA; VIDAL; GUTERRES, 2011, p. 62).

Uma característica marcante do estado de Santa Catarina é seu histórico acerca dos desastres ambientais. “Os desastres ambientais mais comuns que afetam o Brasil são as inundações, enchentes, movimentos de massa, seca e erosão, responsáveis por um grande número de vítimas e perdas materiais todos os anos” (FERREIRA, 2012, p. 30). Santa Catarina, junto com os estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe, abriga os municípios que mais sofrem com esse tipo de problema no país (KOBAYAMA et al., 2006).

O MP em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (PTDS) possui dependência administrativa estadual e funciona regularmente desde 2007, quando se deu sua homologação pelo CNE, com conceito 4 pela Capes.

A primeira defesa de dissertação no PTDS deu-se em 2008, e o programa produziu em cinco anos de funcionamento – de março de 2008 a dezembro de 2012 – um total de 42 dissertações.

Por fim, o MP em Planejamento Ambiental oferecido pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) localiza-se no município de Salvador – capital do estado da Bahia, região Nordeste do país. Salvador possui 693.276 quilômetros quadrados de área e 2.675.656 habitantes. Dos seus 2.675.656 habitantes, 795.266 possuem nível médio completo – o correspondente a 29,7% da população – e 255.606 possuem nível

superior completo – o equivalente a 9,5% da população (SALVADOR, 2013; IBGE, 2010).

Em 1957, em razão da implantação da indústria petrolífera e de suas ampliações, a exportação de petróleo passa a ser a principal carga movimentada pelo porto de Salvador, aumentando o dinamismo das importações, com a diversificação de produtos (RIOS; MELLO E SILVA, 2011).

Uma importante característica de Salvador é sua alta densidade demográfica. Dos quatro municípios – Campos dos Goytacazes/RJ, Goiânia/GO, Florianópolis/SC e Salvador/BA – analisados nesta pesquisa, o soteropolitano é o que possui a mais alta densidade demográfica. Enquanto as cidades de Campos dos Goytacazes, Goiânia e Florianópolis possuem 115,16, 1.776,74 e 623,68 habitantes por quilômetro quadrado, respectivamente, Salvador tem 3.859,44 (CAMPOS..., 2013; FLORIANÓPOLIS, 2013; GOIÂNIA, 2013; SALVADOR, 2013).

A alta densidade demográfica, em conjunto com a topografia característica da região, torna o processo de ocupação e uso do solo em Salvador um problema com enormes consequências sociais e ambientais. A “questão urbana de Salvador é hoje uma questão dramática, abrangendo e integrando um grande conjunto de problemas sociais e econômicos em sua expressão espacial e com forte impacto ambiental” (MELLO E SILVA, 1996, p. 1).

O MP em Planejamento Ambiental tem dependência administrativa particular e conceito 3 da Capes, tendo sido homologado pelo CNE em 2007. A primeira dissertação defendida foi em 2009. O programa produziu, em quatro anos de funcionamento – de março de 2009 a dezembro de 2012 –, um total de 19 dissertações.

A partir da análise dos programas e das regiões onde eles se localizam, foi realizada uma análise do perfil das dissertações defendidas, de sua criação até dezembro de 2012, e, conseqüentemente, discutida a inserção social de cada mestrado profissional.

Inserção social dos mestrados selecionados: o perfil das dissertações

Esta pesquisa se propôs a verificar se as dissertações produzidas pelos programas de mestrado profissional selecionados contribuem para o conhecimento das regiões em que se situam, tornando-se, assim, recursos da ciência e do conhecimento para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social.

O levantamento do perfil das dissertações em questão foi feito a partir de duas etapas: leitura técnica e síntese, e classificação. A leitura técnica foi desenvolvida por meio da análise dos títulos e dos resumos das dissertações. Essa análise foi realizada a partir das informações contidas nesses elementos, porque, especificamente o resumo apresenta o objetivo da dissertação de forma clara e sucinta e, assim, permite definir o assunto abordado pelo trabalho sem que seja necessário ler todo o conteúdo do texto (Tabela 1). Vale ressaltar que, normalmente, esse tipo de leitura é empregado por bibliotecários/classificadores na organização de seus acervos. Essa opção metodológica está relacionada ao esforço de integração multidisciplinar realizado para a apresentação deste quadro da pós-graduação brasileira, realizado entre profissionais da Biblioteconomia, do Planejamento Regional e das Ciências Jurídicas.

Tabela 1. Metodologia de classificação das dissertações

Etapa 1	Etapa 2		
Seleção dos programas	Perfil das dissertações		
	Leitura técnica dos títulos e resumos	Síntese dos títulos e resumos	Classificação
Planejamento Regional e Gestão de Cidades (Ucam)	125 dissertações		4 categorias
Desenvolvimento Regional (Alfa)	46 dissertações		4 categorias
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (Udesc)	42 dissertações		5 categorias
Planejamento Ambiental (UCSal)	19 dissertações		4 categorias

Fonte: Elaboração dos autores.

Após a leitura técnica, passou-se à construção das sínteses dos resumos das dissertações, a partir das quais foi possível classificar as dissertações em categorias/assuntos, de acordo com o seu grau de semelhança (Tabela 2). Logo, o levantamento do perfil das dissertações foi construído com base na elaboração de suas sínteses – por meio da leitura técnica – e em sua classificação.

Tabela 2. Dissertações defendidas por categoria de análise

Programa	Categorias	Dissertações defendidas	
		Por categoria	Total
Planejamento Regional e Gestão de Cidades (Ucam)	Gestão de Cidades	56	125
	Desenvolvimento Regional	37	
	Atividade Petroquímica	6	
	Outros	26	
Desenvolvimento Regional (Alfa)	Gestão Estratégica	18	46
	Desenvolvimento Regional	11	
	Atividade Agrícola	5	
	Outros	12	
Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental (Udesc)	Planejamento Territorial	9	42
	Gestão Ambiental	5	
	Desenvolvimento Socioambiental	10	
	Desastres Naturais	7	
	Outros	11	
Planejamento Ambiental (UCSal)	Planejamento Ambiental	4	19
	Gestão Ambiental	9	
	Desenvolvimento Sustentável	3	
	Outros	3	

Fonte: Elaboração dos autores.

Os resultados da Tabela 2 refletem a aderência dos programas às principais questões das regiões em que estão inseridos:

Planejamento Regional e Gestão de Cidades:

Após a análise e o levantamento do perfil das dissertações, foram destacadas as categorias “Gestão de Cidades” – responsável pela produção de 56 dissertações, que representam 45% dos trabalhos produzidos; “Desenvolvimento Regional” – com a produção de 37 dissertações, representando 29% dos trabalhos; “Atividade Petroquímica” – com seis dissertações, representando 5% dos trabalhos produzidos; os demais 21% referem-se à categoria “Outros”, que abrange as dissertações que abordam temas variados e que não poderiam ser incluídas nas outras categorias disponíveis. Do total de 125 dissertações defendidas pelo programa, até dezembro de 2012, 86 – que representam 69% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa todas as mesorregiões do estado. As mesorregiões Centro Fluminense, Metropolitana do Rio de Janeiro e Sul Fluminense foram foco de uma pesquisa cada uma, e as mesorregiões Baixadas, Noroeste Fluminense e Norte Fluminense foram objetos de estudo de duas, 10 e 74 pesquisas, respectivamente.

Desenvolvimento Regional:

Da análise e do levantamento do perfil das dissertações, foram destacadas as categorias “Gestão Estratégica” – responsável pela produção de 18 dissertações, que representam 39% dos trabalhos produzidos; “Desenvolvimento Regional” – com 11 dissertações, representando 24% dos trabalhos produzidos; “Atividade Agrícola” – com a cinco dissertações, representando 11% dos trabalhos; os demais 26% referem-se à categoria “Outros”. Do total de 46 dissertações defendidas pelo programa, até dezembro de 2012, 31 – que representam 67% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa as mesorregiões do estado. As mesorregiões Centro Goiano, Norte Goiano e Sul Goiano foram objetos de estudo de 17, três e 11 pesquisas, respectivamente. Além disso, oito dissertações – que representam 17% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa o estado de Goiás como um todo e, desse modo, não constam no quadro acima. Quatro dissertações – que representam 9% dos trabalhos – abordaram questões pertinentes

a outros locais (fora do estado de Goiás) e três dissertações – que representam 7% dos trabalhos – não especificaram, em seus resumos, a localização espacial de suas pesquisas.

Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental

Foram destacadas as categorias “Planejamento Territorial” – responsável pela produção de nove dissertações, que representam 24% dos trabalhos produzidos; “Gestão Ambiental” – com a produção de cinco dissertações, representando 13% dos trabalhos; “Desenvolvimento Socioambiental” – com 10 dissertações, representando 26% dos trabalhos produzidos; “Desastres Naturais” – com a produção de sete dissertações, representando 18% dos trabalhos; os demais 18% referem-se à categoria “Outros”. Vale ressaltar que quatro dissertações defendidas pelo programa não estavam disponíveis em seu *site*, portanto, só foi possível analisar 38 das 42 dissertações produzidas. Do total de 38 dissertações defendidas pelo programa até dezembro de 2012 e disponibilizadas em seu *site*, 30 – que representam 79% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa as mesorregiões do estado. As mesorregiões Grande Florianópolis, Norte Catarinense, Oeste Catarinense, Serrana, Sul Catarinense e Vale do Itajaí foram objetos de estudo de 12, quatro, duas, três, uma e oito pesquisas, respectivamente. Além disso, cinco dissertações – que representam 13% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa o estado de Santa Catarina como um todo e, assim, não constam no quadro acima. Duas dissertações – que representam 5% dos trabalhos produzidos – abordaram questões pertinentes a outros locais (fora do estado de Santa Catarina) e uma dissertação – que representa 3% dos trabalhos produzidos – não especificou, em seu resumo, a localização espacial de sua pesquisa.

Planejamento Ambiental

Foram destacadas as categorias “Planejamento Ambiental” – responsável pela produção de quatro dissertações, que representam

21% dos trabalhos produzidos; “Gestão Ambiental” – com a produção de nove dissertações, representando 47% dos trabalhos; “Desenvolvimento Sustentável” – com três dissertações, representando 16% dos trabalhos produzidos; os demais 16% referem-se à categoria “Outros”. Do total de 19 dissertações defendidas pelo programa, até dezembro de 2012, 16 – que representam 84% dos trabalhos produzidos – tiveram como foco de pesquisa as mesorregiões do estado. As mesorregiões Centro-Sul Baiano, Metropolitana de Salvador, Nordeste Baiano e Sul Baiano foram objetos de estudo de duas, sete, uma e seis pesquisas, respectivamente. Além disso, uma dissertação – abordou questões pertinentes a outro local (fora do estado da Bahia) e duas – que representam 11% dos trabalhos produzidos – não especificaram, em seus resumos, a localização espacial de suas pesquisas.

É importante ressaltar que foram avaliadas, comparativamente, as informações – objetivos, área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular – disponibilizadas nos *sites* dos programas selecionados – e o resultado do levantamento do perfil das dissertações. Contudo, em razão da síntese necessária de um artigo científico, foram apresentadas as informações consideradas fundamentais para a compreensão da relação entre o mestrado profissional analisado e a região em que está inserido. Os levantamentos elaborados a partir da metodologia adotada – leitura técnica e síntese, seguidas da respectiva classificação – facilitam o acesso e a compreensão das informações geradas por esses programas, uma vez que correspondem a uma compilação de tais informações. Assim, foi possível constatar que as dissertações em questão se mostram coerentes com as características dos cursos analisados, ou seja, o que está sendo proposto pelos programas se reflete em sua produção e, conseqüentemente, vai ao encontro da política da Capes de promoção da responsabilidade social da pós-graduação brasileira.

Considerações finais

Ao propor a análise da inserção social dos mestrados profissionais da área de PUR/D, este trabalho não tem mero esforço

teórico-metodológico, mas volta-se para contribuir com os planejadores e gestores locais, por meio da seleção de informações relevantes às práticas de administração pública, na medida em que esta poderá estabelecer um vínculo entre a informação científica produzida pelos programas selecionados e as demandas específicas das áreas relacionadas à linha de pesquisa adotada. E, assim sendo, procura fornecer elementos à Capes para o fortalecimento da sua política de promoção da responsabilidade dos programas de pós-graduação com as demandas sociais, territoriais e ambientais das diferentes regiões do país.

Após a elaboração do perfil socioeconômico das regiões onde os programas estão inseridos, do perfil e da localização espacial das dissertações, foi possível determinar que todos os quatro programas de mestrado profissional selecionados para esta pesquisa têm aderência aos critérios de inserção social estabelecidos pela Capes por meio de sua produção científica, na medida em que esta tem valor e utilidade potenciais como ferramenta de estímulo ao desenvolvimento de suas respectivas regiões.

Mesmo estando claro que a produção dos programas analisados estará à disposição dos gestores públicos, como recursos da ciência e do conhecimento, não é possível afirmar que os gestores recorrerão a ela, uma vez que não se trata de uma decisão acadêmica ou profissional, mas de uma decisão de caráter essencialmente político. Logo, devem ser pensadas medidas de disponibilização da produção científica dos programas aos atores, públicos ou privados, direta e indiretamente beneficiados relacionados aos resultados das pesquisas. A Capes, por meio da pontuação da produção técnica, pode estimular essas iniciativas, mediante seminários, *workshops*, projetos de extensão etc., para que seja assegurado à sociedade em geral amplo acesso aos produtos científicos dos mestrados profissionais.

A título de exemplo de tais iniciativas, o Programa de Planejamento Regional e Gestão de Cidades mantém dois produtos técnico-científicos à disposição de gestores públicos, da mídia, de pesquisadores e da sociedade, no formato de um boletim, com a divulgação de pesquisas

regionais e nacionais, e de um banco de dados sobre as rendas petrolíferas. Tais produtos contribuem para a aproximação almejada pela Capes e, conseqüentemente, para a democratização do conhecimento científico produzido no país.

A aproximação entre a gestão pública e a academia deveria ser uma preocupação de ambas as partes, na medida em que isso ensejaria um encontro, mais que desejável, entre a busca do aprimoramento na gestão de cidades – com o conseqüente desenvolvimento regional – e uma produção científica com melhor foco e direcionamento, no que se refere à administração pública e o que é, afinal de contas, o mais alinhado modo de cooperação entre a universidade e os interesses da sociedade.

Espera-se que as informações e análises contidas no presente trabalho possam, efetivamente, contribuir para o entendimento e para a adequação de algumas dinâmicas empregadas na gestão pública – especialmente a municipal – e corrigir os equívocos que ela, não poucas vezes, evidencia e que, possivelmente, na maior parte das vezes, são gerados pela desinformação do que lhe deve servir de parâmetro em suas práticas.

Que os resultados desta pesquisa possam estimular os programas, das diferentes áreas, a inovarem e utilizarem diferentes ferramentas de democratização do conhecimento, e a se aproximarem das demandas prioritárias de sua área de influência. Da mesma forma, que a Capes compreenda as especificidades regionais que subsidiam a produção científica de cada programa e valorize as iniciativas de inserção social segundo as diferentes características e dificuldades enfrentadas pelos programas de pós-graduação em suas regiões de atuação. Somente essa dupla responsabilidade subsidiará uma expansão qualitativa da pós-graduação brasileira e sua competitividade internacional e a melhoria das condições de vida, com a redução das desigualdades sociais e regionais que ainda marcam o país.

Em síntese, os desafios que se colocam a esses mestrados são o de avançar no conhecimento da diversidade que caracteriza o Brasil, mas sem aderir a modelos desconectados dos contextos mais amplos

do País e do mundo, e o de não aceitar modismos ou cair em casuísmos. Esses desafios demandam reconhecer e tratar as diferenças sem gerar perdas teóricas, implicam não desvincular as análises sobre as especificidades locais dos processos econômicos e sociais mais amplos que determinam, em última instância, a dinâmica local. Sem dúvida, cada vez mais, a sociedade brasileira requer ser mais bem conhecida, o que dependerá da promoção de debates, entre especialistas e atores políticos, centrados na construção de um futuro socialmente mais justo e territorialmente menos desigual.

Assim, a motivação do presente texto foi a de levantar e buscar interpretar, por meio da análise de uma das produções científicas dos mestrados profissionais – as dissertações de seu corpo discente –, o quanto tais programas estariam ou não cumprindo o seu papel nas respectivas regiões em que se localizam. O resultado positivo da pesquisa indica o êxito do caminho até aqui percorrido, consolidando o diálogo entre a Capes e os programas da área de Planejamento Urbano e Regional, sem desconsiderar os desafios que ainda persistem.

Recebido em 18/12/2014
Aprovado em 13/04/2015

Referências

BOUFLEUER, J. P. Inserção social como quesito de avaliação da pós-graduação. **R. Educ. Públ.**, Cuiabá, v. 18, n. 37, p. 371-382, 2009.

BRANDÃO, C. A. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas: Unicamp, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Portaria Normativa N° 17, de 28 de dezembro de 2009. Dispõe sobre o mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 dez. 2009. Seção 1, p. 20-21.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/234u3>>. Acesso em: 20 set. 2013.

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Cursos recomendados**. Brasília, nov. 2014. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/cursos-recomendados>>. Acesso em: 1º dez. 2014.

_____. **Documento de área 2013**. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/instrumentos-de-apoio/documentos-de-area>>. Acesso em: 1º dez. 2014.

_____. Portaria nº 47, de 17 de outubro de 1995. **RBPG**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 147-148, 2005.

COELHO, V. S. P.; FAVARETO, A. Dilemas da participação e desenvolvimento territorial. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 10, n. 18, 2008.

CÓRDOVA, R. A. A Brisa dos Anos 50: a origem da Capes. **Infocapes**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 9-20, 1996.

CRUZ, J. L. V. A Retomada do Crescimento Brasileiro e a Reestruturação do Espaço Regional no Norte do Estado do Rio de Janeiro. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 14, n. esp. 1, p. 31-61, 2012.

CRUZ, A. C.; MENDES, M. T. R.; WEITZEL, S. R. **A biblioteca: o técnico e suas tarefas**. São Paulo: Intertexto, 2009.

ESTEVAM, L. A. **O Tempo da transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 1997. 203 f. Tese (Doutorado em Ciência Econômica) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FERREIRA, D. **Sistema de informações geográficas participativo (SIG-P) na prevenção de desastres ambientais: estudo de caso do Morro do Baú em Ilhota/SC**. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento

RBPG, Brasília, v. 12, n. 27, p. 71 - 98, abril de 2015.

| Estudos

Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FLORIANÓPOLIS. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/233vo>>. Acesso em: 17 set. 2013.

GOIÂNIA. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232P4>>. Acesso em: 15 set. 2013.

HADDAD, M. B. **Eixo Goiânia – Anápolis – Brasília: estruturação, interrupção e retomada das políticas públicas**. 2011. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 ago. 2013.

KOBIYAMA, M. et al. **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Florianópolis: Organic Trading, 2006.

MELLO, A. F.; ALMEIDA FILHO, N.; RIBEIRO, R. J. **Por uma universidade socialmente relevante**. Brasília: MEC, [2013]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/cne_alexfiuza.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2014.

MELLO E SILVA, S. B. Reavaliando os Principais Problemas de Salvador. **Cadernos de Geociências**, Salvador, n. 5, p. 1-8, 1996.

NEGRET, F. A Identidade e a Importância dos Mestrados Profissionais no Brasil e Algumas Considerações para a sua Avaliação. **RBPG**, Brasília, v. 5, n. 10, p. 217-225, 2008.

_____. Dinâmica Regional Urbana, Condições de Vida e Desigualdades no Centro-Oeste do Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 14, n. 26, p. 111-123, 2012.

NEGRET, F.; NUNES, H. P.; BONTEMPO, P. C. O Compromisso e Desafio da Inserção Social e da Aplicabilidade da Produção Intelectual dos Mestrados Profissionais. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 13-22, 2012.

PÁDUA, A. A. S. **Migração, Expansão Demográfica e Desenvolvimento Econômico em Goiás**. 2008. 113 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2008.

PIQUET, R. Norte Fluminense: mudanças e incertezas na era do petróleo. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 6, n. 9, p. 27-35, 2004.

PIQUET, R.; LEAL, J. A. A.; TERRA, D. C. T. Mestrado profissional: proposta polêmica no Sistema Brasileiro de Pós-Graduação: o caso do planejamento regional e urbano. **RBPG**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 30-37, 2005.

PIQUET, R.; VILANI, R. M. O papel dos mestrados profissionais na área de Planejamento Urbano e Regional. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 95-106, 2013.

PREFEITURA Municipal de Florianópolis. Secretaria municipal de Turismo. **História**. Disponível em: <<http://www.pmf.sc.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2013.

RATTNER, H. Prioridade: construir o capital social. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, v. 2, n. 21, 2003.

RIBEIRO, R. J. O mestrado profissional na política atual da Capes. **RBPG**, Brasília, v. 2, n. 4, p. 8-15, 2005.

RIOS, R. B.; MELLO E SILVA, S. B. O porto de Salvador, a cidade e a região. **Revista Geográfica de América Central**, Costa Rica, n. esp. EGAL, p. 1-11, 2011.

ROCHA, I. O.; VIDAL, L. M.; GUTERRES, C. D. Análise da infraestrutura logística das indústrias exportadoras de grande porte de Santa Catarina.

Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, Taubaté, v. 7, n. 3, p. 52-75, 2011.

SALVADOR. In: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades**. Disponível em: <<http://cod.ibge.gov.br/232mw>>. Acesso em: 11 set. 2013.

SERRA, R. V. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobrefinanciamento das esferas de governo locais. In: PIQUET, R.; SERRA, R. V. (Orgs.). **Petróleo e região no Brasil**: o desafio da abundância. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 77-110.

UCAM – Universidade Candido Mendes. **Programa de Mestrado Profissional em Planejamento Regional e Gestão de Cidades**. Disponível em: <<http://cidades.ucam-campos.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

VAINER, C. Fragmentação e projeto nacional: desafios para o planejamento. In: DINIZ, C. (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Regional**: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2007. p. 69-78.